



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0008194-86.2013.8.26.0566 - 2013/000470**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito**
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 128/2013 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Réu: **Ailton Sampaio Correa**
 Data da Audiência: **06/04/2015**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de Ailton Sampaio Correa, realizada no dia 06 de abril de 2015, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, acompanhado do Defensor Público **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foi inquirida uma testemunha, sendo realizado o interrogatório do acusado (Nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419, o(s) depoente(s) foi (ram) ouvido(s) sendo gravado em mídia digital o(s) seu(s) depoimento(s) tendo sido anexado(s) na sequência). A defesa desistiu da oitiva da testemunha **MARIA ROSELI DA SILVA**, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas determinou que se passasse aos debates. **DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO:** MM. Juiz: Trata-se de ação penal proposta contra **AILTON SAMPAIO CORREA** pela prática de crime de conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool. Instruído o feito, requeiro a procedência. A materialidade delitiva está devidamente comprovada pelo laudo de fls. 43, que comprova a ingestão de significativa quantidade de álcool, já que o acusado estava com 1,46 gramas de álcool por litro de sangue. O acusado admitiu que dirigiu a motocicleta. Ainda que afirme ter dirigido por pequeno percurso, o certo é que retornava à sua residência dirigindo motocicleta embriagado. O crime é formal e assim, de consumação antecipada. O acusado é reincidente, mas não específico.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

Merece fixação de regime semiaberto, mas substituindo-se a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Considerando firmar trabalhar em área não urbana, entendo que a prestação de serviços lhe será muito prejudicial, requerendo a prestação pecuniária. **DADA A PALAVRA À DEFESA:** MM. Juiz: O acusado foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 306, *caput*, da Lei 9.503/97. É caso de improcedência da ação penal. Após conversa reservada com este Defensor Público e devida orientação, o acusado, no exercício de sua autonomia, optou por confessar a ingestão de bebida alcoólica. Todavia, tal confissão não é suficiente para a procedência da ação penal, uma vez que o tipo do artigo 306 do CTB prevê como uma de suas elementares a alteração da capacidade psicomotora, em razão da influência alcoólica. Neste ponto, a acusação não se desincumbiu do seu ônus de demonstrar que o acusado dirigiu de forma anormal, colocando em risco o bem jurídico segurança viária. Conforme destacado pelo acusado, ele dirigiu sua moto por aproximadamente meio quarteirão. Colocou-a em cima da calçada, porque costumeiramente deixava o veículo em tal local para evitar assalto, uma vez que já foi vítima de subtração em época anterior. O PM Anderson Amaral, por sua vez, não se recordou dos fatos. Portanto, o que se observa é a fragilidade da prova para imputar ao acusado a autoria do crime de embriaguez ao volante. Assim, pela improcedência. Subsidiariamente, requer-se a fixação da pena no mínimo legal, compensando-se a agravante da reincidência pela atenuante da confissão, com regime inicial aberto, com fulcro no artigo 33, §3º, do CP, e substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, já que as condições pessoais do acusado são plenamente favoráveis, não é reincidente específico e tal medida é socialmente adequada, atendendo-se ao disposto no artigo 44, §3º, do CP. A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. AILTON SAMPAIO CORREA**, qualificado, foi denunciado como incurso no artigo 306, *caput*, da Lei 9.503/97. O réu foi citado (fls. 53) e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou o decreto absolutório. **É o relatório. DECIDO.** O acusado confessou em juízo a prática dos fatos narrados na denúncia. O tipo penal do artigo 306 do CTB é de perigo abstrato, não exigindo resultado naturalístico. Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

há ilegitimidade material na construção do referido tipo penal, sendo, portanto desnecessária a efetiva alteração da capacidade psicomotora do agente. A materialidade está demonstrada pelo laudo de fls. 43. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base no mínimo legal. O acusado é reincidente, mas também é confesso, razão pela qual mantenho a pena no patamar mínimo. Por idênticos motivos, e especialmente considerando a confissão, aplico o regime aberto para início do cumprimento de pena. Com base nos artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária, em dinheiro, no valor de um salário mínimo. Diante da reincidência, é inviável o sursis. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **AILTON SAMPAIO CORREA** à pena de **prestação pecuniária em dinheiro no valor de 1 salário mínimo, de suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor pelo prazo de 2 meses, e 10 dias-multa**, por infração ao artigo 306, *caput*, da Lei 9.503/97. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Registre-se e comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: